



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 61/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10833/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Pauini.

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Sra. Maria Barroso da Costa, Prefeita Municipal de Pauini.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 057/2016-DICAMI (fls. 1281/1343).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4529/2016 – DMP/MPC-FCVM (fls. 1344/1367), da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Pauini. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas. Determinação à Câmara Municipal.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 - EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das Contas da Senhora **Maria Barroso da Costa, Prefeita Municipal de Pauini**, exercício de 2014, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;

9.2 - DETERMINA à Câmara Municipal de Pauini o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, **EM ESPECIAL O PRAZO DE 60 DIAS** para o julgamento das contas.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Outubro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva,

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 61/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 61/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10833/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Pauini.

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Sra. Maria Barroso da Costa, Prefeita Municipal de Pauini.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 057/2016-DICAMI (fls. 1281/1343).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4529/2016 – DMP/MPC-FCVM (fls. 1344/1367), da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Pauini. Exercício de 2014.

Contas Irregulares. Multas. Devolução de valores. Prazo. Recomendação. Comunicação à Prefeitura Municipal. Envio de peças processuais ao MPE.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

9.1- À unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Senhora Maria Barroso da Costa, Prefeita Municipal de Pauini, exercício de 2014, nos termos do art. 22, inciso III, “b” e “c” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;

9.1.2- Aplicar multa à Sra. Maria Barroso da Costa:

a) Pelo item 11.1 do Relatório/Voto, no valor de **R\$ 6.576,18** (Seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), pela **inobservância de prazos legais para remessa de dados ao Tribunal, pelo não envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO**, nos seis bimestres (de Janeiro a Dezembro), com fulcro no art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 61/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

b) Pelo item **11.2** do Relatório/Voto, no valor de **R\$ 2.192,06** (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), pelo não envio do **Relatório de Gestão Fiscal – RGF**, ou seja, **pela inobservância de prazos legais para remessa de dados ao Tribunal**, nos dois semestres, conforme disposto no art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

c) Pelos itens **11.3, 11.4, 11.5, 11.6, 11.9, 11.10, 11.11, 11.12, 11.13, 11.14, 11.15, 11.16, 11.17, 11.18, 11.19, 11.22, 11.23, 11.24, 11.25, 11.26, 11.27, 11.28, 11.29, 11.30, 11.31 e 11.32** no valor de **R\$ 17.536,50** (Dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), **por grave infração à norma legal**, com fulcro no art. 308, inciso VI, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

9.1.3- Determinar o prazo de **30 dias para recolher** as multas constantes no subitem 15.3 deste voto, aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.4- Autorizar, caso o valor das referidas condenações não venham a ser recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, “a” c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.1.5- Determinar à Senhora Maria Barroso da Costa, a devolução dos débitos:

a) no valor de **R\$ 3.917.822,54** (Três milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos) referente a Obras e Serviços de Engenharia no Município de Pauini, por falta de comprovação, item **11.7** do Relatório/Voto;

b) no valor de **R\$ 904.434,51** (Novecentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos) referente às Diárias pagas sem apresentação das portarias de concessão, relatórios de viagem e não juntada dos comprovantes de deslocamento, item **11.21** do Relatório/Voto.

9.1.6- Determinar o prazo de **30 dias para recolher** os débitos constantes no subitem 15.6 do Relatório/Voto, aos cofres da Fazenda Pública Municipal nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 61/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.1.7- Autorizar, caso os valores das referidas condenações não venham a ser recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Municipal, bem como a instauração da **cobrança executiva**, em consonância com o art. 72, inciso III, “a” c/c art. 73 ambos da Lei 2423/96 e arts. 169, inciso II, 173 e 308, §6º da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.1.8- Recomende à Prefeitura Municipal de Pauini:

- a) O cumprimento dos prazos de encaminhamento de dados e informações aos sistemas de captura de dados do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;
- b) A publicação dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros no DOE do Estado, além das publicações referentes ao RREO e RGF;
- c) Para que efetue a devida legalização dos seus certames licitatórios, conforme a Lei nº 8.666/93;
- d) Mantenha devidamente atualizado, em tempo real, o Portal da Transparência da Prefeitura de Pauini;

9.1.9 – Em concordância com o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, DETERMINAR A COMUNICAÇÃO à Prefeitura Municipal para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, no julgamento das contas do gestor, a Prefeita, **Senhora Maria Barroso da Costa**, foi julgada em alcance:

- a) no valor de **R\$ 3.917.822,54** (Três milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos) referente a Obras e Serviços de Engenharia no Município de Pauini, por falta de comprovação, item **11.7** do voto do Relator;
- b) no valor de **R\$ 904.434,51** (Novecentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos) referente às Diárias pagas sem apresentação das portarias de concessão, relatórios de viagem e não juntada dos comprovantes de deslocamento, item **11.21** do voto do Relator.

9.2- Por maioria:

- a) **Multar a Senhora Maria Barroso da Costa** no valor de **R\$ 1.096,03** (Hum mil e noventa e seis reais e três centavos) pelo atraso na remessa de informações ao e-Contas no mês de Dezembro, ou seja, **pela inobservância de prazos legais para remessa de**



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 61/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

dados ao Tribunal, conforme disposto no art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012;

b) DETERMINAR O ENVIO ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.

Vencido o Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela Inaplicabilidade de multa por atraso nas informações ao e-Contas. Vencidos o Relator e a Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos quanto à determinação de envio de peças processuais ao Ministério Público do Estado do Amazonas.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Outubro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral